

**CONCURSO PÚBLICO N.º 135/2025/DICP**

Aquisição, por lotes, de artigos de higiene e limpeza, na modalidade de fornecimento contínuo

CADERNO DE ENCARGOS**Parte I - Cláusulas Jurídicas****Capítulo I - Disposições gerais****Cláusula 1.ª | Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição, por lotes, de artigos de higiene e limpeza, na modalidade de fornecimento contínuo.**

Cláusula 2.ª | Preço base

1 - O **preço base** do presente concurso público, para a totalidade dos lotes que constituem o objeto do mesmo é de **€79.639,98** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Lote 1 – Artigos de limpeza diversa: **€28.901,78**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

Lote 2 – Sacos do lixo: **€11.556,20**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

Lote 3 – Detergente e Desinfetantes: **€13.704,15**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

Lote 4 – Papel Diverso - **€25.477,85**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço base corresponde ao valor máximo a pagar pelo fornecimento da totalidade dos bens que constituem objeto do contrato.

Cláusula 3.ª | Contrato

1 - O contrato, por cada lote, é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª | Gestor do contrato

Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado pelo Coordenador Técnico do Armazém A1, enquanto Gestor de Contrato.

Cláusula 5.ª | Duração do contrato



1- O contrato vigorará pelo prazo de 18 meses ou até à entrega ao contraente público da quantidade total dos bens prevista na Parte II do presente Caderno de Encargos, com início no dia seguinte à data da sua celebração, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2- Caso no final da duração do contrato se verifique que a execução do mesmo ficou aquém do previsto, poderá, por acordo entre as partes, a vigência do contrato ser prorrogada por um período adicional de 6 meses ou até que a quantidade de bens indicada na Parte II do presente Caderno de Encargos seja entregue ao contraente público.

3- A duração do contrato, incluindo eventual prorrogação do prazo de execução, não poderá ir além dos 24 meses.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do fornecedor

Subsecção I | Disposições gerais

Cláusula 6.ª | Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de entrega dos bens identificados no prazo identificado na proposta adjudicada, o qual não poderá ser superior a **5 dias úteis**, após receção dos pedidos de fornecimento;
- c) Obrigação de não alterar as condições de fornecimento dos bens contratados;
- d) Obrigação de garantia dos bens;
- e) Obrigação de continuidade de fabrico;
- f) Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização do Município de Leiria;
- g) Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é entregue o bem, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- h) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- i) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Município de Leiria os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

Cláusula 7.ª | Conformidade e operacionalidade dos bens

1 - O fornecedor obrigar-se-á a entregar ao contraente público o bem objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2 - Os bens objeto do contrato deverão ser entregues em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O fornecedor será responsável perante o Município de Leiria por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

Cláusula 8.ª | Entrega dos bens objeto do contrato

1 - Após a outorga do contrato, os bens objeto do mesmo deverão ser entregues, de forma faseada, no armazém do Município de Leiria, sito na Rua Vale de Lobos, Guimarota, 2410-078 – Leiria (Coordenadas GPS: Entrada geral nas instalações: **39°43'53.2"N 8°47'53.7"W**), no período das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30, **no prazo identificado na proposta adjudicada**, o qual não poderá ser superior a **5 dias úteis**, após confirmação da receção dos pedidos de fornecimento (PFO).

2 - O fornecedor obrigar-se-á a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.



3 - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorrerá a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

4 - Serão da responsabilidade do fornecedor todas as despesas e custos com o transporte do bem objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva descarga.

Cláusula 9.ª | **Da verificação da qualidade dos bens**

O fornecedor deverá facultar ao Município de Leiria todos os meios necessários à verificação da qualidade e eficiência do fornecimento efetuado, obrigando-se a, dentro dos prazos que lhe forem marcados na respetiva notificação, substituir ou recondicionar todo o material e/ou refazer todo o trabalho que, com base nos pareceres técnicos, não forem considerados dentro das características requeridas.

Subsecção II | **Dever de sigilo**

Cláusula 10.ª | **Informação e sigilo**

1. O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

3. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II | **Obrigações do Município de Leiria**

Cláusula 11.ª | **Preço contratual**

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Leiria deverá pagar ao fornecedor os bens efetivamente entregues, nos termos da Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com os preços constantes da lista de preços unitários da proposta adjudicada.

2 - **O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado** no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 - O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.ª | **Revisão de preço contratual**

Nos termos do artigo 300.º do CCP, **não haverá lugar a revisão de preços** no decurso do contrato.

Cláusula 13.ª | **Condições de pagamento**

1 - As quantias devidas pelo Município de Leiria, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, no **prazo de 30 dias**, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - As faturas deverão ser enviadas para o Município de Leiria – Divisão Financeira, com a indicação do Pedido de Fornecimento e do compromisso, da seguinte forma:

01.01.2026 a 31.12.2026 (*)	Faturas em formato PDF	Através de correio eletrónico financeira@cm-leiria.pt
	Faturação eletrónica	Através solução EDI, via plataforma SaphetyDoc (www.saphety.com)
(*) A partir desta data deixam de ser aceites faturas em formato PDF.		



3 - Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com a entrega dos bens objeto de contrato, de acordo com o Pedido de Fornecimento.

4 - Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.

5 - Em caso de discordância por parte do Município de Leiria, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 - Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 14.ª | Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Leiria poderá aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades:

- a) Atraso na entrega dos bens [alínea b) da cláusula 6.ª] – 1,5% do valor do Pedido de Fornecimento por cada dia de atraso;
- b) €400,00 por incumprimento de qualquer outra obrigação.

2 - Quando as sanções revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Leiria decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Leiria terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Leiria exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.ª | Força maior

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao fornecedor.

2 - Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 - Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 - Não constituirão casos de força maior:

- a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo fornecedor;
- d) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor, não resultantes de sabotagem;
- f) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior poderá determinar a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior (mediante recalendarização acordada entre o Município de Leiria e o fornecedor dos bens) ou o cancelamento do fornecimento dos bens, decisão que fica na disponibilidade do Município de Leiria, não podendo ser atribuídas quaisquer responsabilidades, mormente indemnizatórias, à entidade adjudicante decorrentes da prorrogação ou do cancelamento do fornecimento dos bens.

**Cláusula 16.ª | Resolução por parte do contraente público**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Leiria poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Se os bens fornecidos não corresponderem às características e especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos;
- b) Quando a demora da entrega dos bens, em mais de 5 fornecimentos, exceder em 15 dias úteis o prazo fixado no contrato;
- c) Quando a demora na entrega dos bens, após eventual rejeição nos termos fixados na cláusula 8.ª, exceder em sessenta dias a data da notificação;
- d) Quando o adjudicatário não cumprir integralmente o estipulado na cláusula 6.ª;
- e) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao fornecedor e não determinará a repetição dos fornecimentos já realizados, a menos que tal seja determinado pelo Município de Leiria.

3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Leiria com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Capítulo IV - Seguros**Cláusula 17.ª | Seguros**

Todos os seguros obrigatórios e/ou facultativos indispensáveis ao bom cumprimento do contrato, serão da responsabilidade do fornecedor.

Capítulo V - Proteção de dados pessoais**Cláusula 18.ª | Proteção de dados pessoais**

1 - O cocontratante obriga-se a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril de 2016, doravante designado abreviadamente por RGPD, as respetivas normas nacionais de execução e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, da sua segurança e das relações com o contraente público, na qualidade de Responsável pelo Tratamento.

2 - O cocontratante obriga-se ainda a tratar os dados pessoais a que tenha acesso por força e no âmbito do contrato, de acordo com as finalidades, os meios, as medidas técnicas e organizativas e de segurança, bem como as demais obrigações previamente definidas pelo contraente público constantes do presente caderno de encargos, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios.

3 - Garantir que são adotadas e executadas as medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a que o tratamento de dados pessoais satisfaça os requisitos do RGPD e demais legislação nacional aplicável, e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

4 - O cocontratante obriga-se a tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência ao contraente público através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos previstos no capítulo III do RGPD.

5 - Prestar assistência ao contraente público caso seja necessário disponibilizar aos titulares dos dados pessoais informação sobre os seus dados pessoais, prestando toda a colaboração de que o contraente público careça para esclarecer qualquer questão relacionada com a proteção de dados pessoais.

6 - Colaborar com a entidade no sentido da adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei.

7 - Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:



- i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
- iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.

8 - Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal.

9 - Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato.

10 - Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes.

11 - Caso o adjudicatário seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, devendo a obrigação de cumprimento da presente cláusula constar do contrato a celebrar entre o Adjudicatário e a entidade subcontratada.

12 - Caso haja cessão do contrato ou termine a vigência do mesmo, o contratante e subcontratantes, caso existam, comprometem-se a eliminar todos os dados pessoais a que teve acesso e remeter ao Município de Leiria declaração onde conste o dia e hora em que essa ação ocorreu.

13 - Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

14 - Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

Capítulo VI - Resolução de litígios

Cláusula 19.ª | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VII - Disposições finais

Cláusula 20.ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

2 - A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

3 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e



instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

4 - A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- a) Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

5 - A entidade adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

6 - Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente caderno de encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos subcontratados.

7 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

8 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subcontratados.

Cláusula 21.ª | **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª | **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação em vigor.



Parte II - Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª | Características, condições e quantidades dos bens a fornecer

1- O contrato a celebrar prevê o fornecimento, em regime de fornecimento contínuo, dos seguintes bens:

LOTE 1 – ARTIGOS DE LIMPEZA DIVERSO

POSICÃO	DESIGNAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	2	3	4
1	BALDE DE PLÁSTICO OVAL SEM ESPREMEDOR, DE 15 LITROS	Unid.	50
2	BALDE DE PLASTICO PRETO P/ OBRAS MINIMO DE 10L	Unid.	15
3	BALDE DO LIXO EM PLÁSTICO COM TAMPVA VAIVÉM COM CAPACIDADE DE MÍNIMA DE 10L PARA WC	Unid.	15
4	BALDE DO LIXO FURADO EM PLASTICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 LITROS SEM TAMPVA	Unid.	30
5	BALDE DE PLASTICO DE 30 LITROS, COM TAMPVA ACIONADA POR PEDAL	Unid.	10
6	CABO MADEIRA PARA VASSOURA/ESFREGONA, COM ROSCA COM 1,60M	Unid.	50
7	CABO EXTENSÍVEL EM ALUMÍNIO DE 2 X 2M	Unid.	4
8	CABO EXTENSÍVEL EM ALUMÍNIO DE 3 X 2M	Unid.	4
9	CABO DE ALUMINIO 160 CM ANUDIZADO	Unid.	30
10	ESFREGÃO VERDE 15X20 COM 0,5CM ESPESSURA	Unid.	100
11	ESPONJA COM FIBRA VERDE SALVA UNHAS COM 9,5X7X4,5CM	Unid.	100
12	ESFREGAO ACO INOX DE 60GRS	Unid.	50
13	RECARGA DE ESFREGONA - FRANJA DE ALGODAO 240G	Unid.	75
14	LUIVA DE BORRACHA TAMANHO GRANDE - EM LÁTEX, COM FORRO EM ALGODÃO, MANGA COMPRIDA E COM UMA SUPERFÍCIE EXTRA ADERENTE	Par	20
15	LUIVA DE BORRACHA TAMANHO MÉDIO - EM LÁTEX, COM FORRO EM ALGODÃO, MANGA COMPRIDA E COM UMA SUPERFÍCIE EXTRA ADERENTE	Par	20
16	LUIVA DE BORRACHA TAMANHO PEQUENO - EM LÁTEX, COM FORRO EM ALGODÃO, MANGA COMPRIDA E COM UMA SUPERFÍCIE EXTRA ADERENTE	Par	20
17	LUIVA DESCARTAVEL P/ LIMPEZA EM NITRILO TAM M - CX C/ 100 UNIDADES	Unid.	20
18	LUIVA DESCARTAVEL P/ LIMPEZA EM NITRILO TAM L - CX C/ 100 UNIDADES	Unid.	20
19	LUIVA DESCARTAVEL P/ LIMPEZA EM NITRILO TAM XL - CX C/ 100 UNIDADES	Unid.	20



20	PANO DE LIMPAR PO COM 50X50 100% ALGODÃO	Unid.	40
21	PANO DE LIMPAR CHAO MESCLA, 80% ALGODÃO E 20% FIBRAS DIVERSAS COM 50X75CM	Unid.	10
22	PANO DE LIMPAR VIDRO MICROFIBRA C/ MINIMO DE 40X40CM	Unid.	100
23	PANO DE MALHA 30X50 MULTIUSOS	Unid.	20
24	VASSOURA DE NYLON DESPONTADO, COM CABO DE MADEIRA DE 1,40M	Unid.	48
25	VASSOURA DE LAVAGEM DE CARROS COM CABO DE ALUMÍNIO COM 1,60M	Unid.	24
26	VASSOURA DE NYLON CORES, PONTADA COM CABO DE MADEIRA DE 1,40M	Unid.	48
27	VASSOURA EM T PONTADA C/ CABO DIREITO - CEPO EM MADEIRA C/ 25CM	UN	36
28	DESINFECTANTE LIXIVIA NÃO PERFUMADA EMB. DE 5L	UN	900
29	DESINFECTANTE - REDE PARA URINOL ANTI SALPICOS, EM SILICONE	Unid.	150
30	DETERGENTES E DESINFETANTES SPRAY LIMPA MÓVEIS 250ML	UN	30
31	DETERGENTES E DESINFETANTES LOIÇA MANUAL 1LT	UN	50
32	DETERGENTE LIMPA VIDROS EMBALAGEM MÍNIMA DE 750ML	Unid.	75
33	DETERGENTE ANTI-GORDURA EM SPRAY MÍNIMO 750ML	Unid.	25
34	DETERGENTE LAVAR A ROUPA MANUAL MÍNIMO 650 GR	Unid.	50
35	DETERGENTE EM GEL P/LIMPEZA DE LOUCAS SANITARIAS MÍNIMO 750ML	Unid.	120
36	DETERGENTE GEL ANTICALCÁRIO COM ADAPTADOR PARA SANITAS, MÍNIMO 750ML - TIPO WC PATO	Unid.	100
37	DETERGENTES E DESINFETANTES SPRAY "PRONTO MULTISUPERFICIES"	UN	10
38	DETERGENTES E DESINFETANTES ROUPA EM PO 45 DOSES	UN	6
39	DETERGENTES E DESINFETANTES LOIÇA P/ MAQUINA - LIQUIDO 5LT	UN	6
40	DETERGENTE LOUCA MANUAL 5LT	Garraf	25
41	DETERGENTE MULTIUSOS PERFUMADO BIOCIDA, PARA LIMPEZA DE PAVIMENTOS, PAREDES, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, EMB. DE 5L	Unid.	800
42	DETERGENTE ROUPA EM PO, MÍNIMO 10KG	Emb.	10
43	DETERGENTE P/ MAQUINA LAVAR LOICA MÍNIMO 50 PASTILHAS ALL IN ONE	CX	5
44	SABAO EM BARRA DE 400 GR	Unid.	50
45	DESODORIZANTE / AMBIENTADOR 300ML DIVERSAS FRAGÂNCIAS	Unid.	50



46	DETERGENTE AUTO P/ LAVAGEM DE VIATURAS - EMBALAGENS COM O MINIMO DE 20L	Litro	100
47	DESINCRUSTANTE, ÁCIDO CLORÍDRICO<10%, TENSIOACTIVOS NÃO IÓNICOS<5%, INIBIDORES DE CORROSÃO, NA COR LARANJA (1L)	Unid.	15
48	DESENTUPIDOR DE BORRACHA COM CABO	Unid.	5
49	PÁ DO LIXO PLÁSTICA PEQUENA 20x23CM	Unid.	10
50	PÁ DO LIXO PLÁSTICA COM CABO ALTO	Unid.	30
51	PIASSABA NYLON, COM CABO DE PLÁSTICO	Unid.	20
52	PIASSABA EM NYLON, COM CABO PLÁSTICO, COM SUPORTE PARA CHÃO	Unid.	200
53	ESPREDADOR EM PLÁSTICO PARA BALDE DE ESFREGONA OVAL DE 15 LITROS, (POSIÇÃO 1)	Unid.	50
54	PLACA FORMA TRIANGULAR EM PVC - PERIGO PISO MOLHADO	UN	3
55	HIPOCLORITO 1L	UN	20
56	HIPOCLORITO 5L	Unid.	50
57	HIPOCLORITO 25L	Unid.	50
58	RODO DE LIMPEZA DE PLÁSTICO COM LÁBIO DUPLO DE 75 CM COM CABO EM MADEIRA DE 1,6 CM DE ALTURA	Unid.	10
59	RODO LIMPA VIDROS (PUNHO E GUIA EM INOX)	Unid.	10
60	MOPA COMPLETA EM ALGODÃO COM 80CM (C/ARMAÇÃO E CABO DE ALUMINIO C/ 1,6CM DE ALTURA)	Unid.	5
61	RECARGA DE MOPA EM ALGODAO 80CM	Unid.	5
62	MOPA COMPLETA EM ALGODÃO COM 60CM (C/ARMAÇÃO E CABO DE ALUMINIO C/ 1,6CM DE ALTURA)	Unid.	5
63	DESPERDICIO EMBALAGEM DE 25KG - TRAPOS BRANCOS	Unid.	5
64	DISPENSADOR PARA PAPEL HIGIÉNICO (ROLO JUMBO) EM PLÁSTICO PARA FIXAR NA PAREDE	Unid.	15
65	DISPENSADOR PARA PAPEL DAS MÃOS (20x21CM), EM PLÁSTICO, PARA FIXAR NA PAREDE	Unid.	20
66	DISPENSADOR PARA SABONETE LÍQUIDO EM PLÁSTICO, PARA FIXAR NA PAREDE, 1/2 LITRO	Unid.	30
67	SABONETE LIQUIDO ESPESSO P/ SABONETEIRA DE PAREDE - PH NEUTRO - 5L	Garraf	60
68	MASSA PARA LAVAR MAOS - Oficinas Embalagem 5L	Unid.	3

**LOTE 2 – SACOS DO LIXO**

POSICÃO	DESIGNAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	2	3	4
1	SACO DO LIXO - 700(SEM FOLE) x 1000 X 0.10 BD PRETO	KG	750
2	SACO DO LIXO - 600(SEM FOLE) X 800 X 0,07 BD PRETO	KG	300
3	SACO DO LIXO - 1000(INCLUI F100) X 1200 X 0,10 BD CINZA	KG	200
4	SACO DO LIXO - 1200(INCLUI F150) X 1100 X 0.100 BD	KG	750
5	SACO DO LIXO - 650X1100X0.15 - BD INCOLOR	KG	200
6	SACO DO LIXO - 900(INCLUI F130) X 1200 X 0.100 BD PRETO	KG	1500
7	SACO DO LIXO - 1500(INCLUI F150) X 1250 X 0.08 BD PRETO	KG	750
8	SACO DO LIXO - 30 L - FECHO FACIL (EMB. 15 SACOS)	UN	200
9	SACO DO LIXO - 30LT - 500(SEM FOLE) X 650CM X 0,04 AD (EMB 10KG)	KG	300
10	SACO DO LIXO - 1500(INCLUI F150) X 1250 X 0.08 - COR VERDE	KG	200
11	SACO DO LIXO - 1500(INCLUI F150) X 1250 X 0.08 - COR AMARELO	KG	200
12	SACO DO LIXO - 1500(INCLUI F150) X 1250 X 0.08 - COR AZUL	KG	200

LOTE 3 – DETERGENTES E DESINFETANTES

POSICÃO	DESIGNAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	2	3	4
1	DETERGENTES E DESINFETANTES DESENGORDURANTE E DESINCRUSTANTE INDUSTRIAL - TIPO CACEROLTAX OU EQUIVALENTE	LT	240
2	DETERGENTES E DESINFETANTES DESENGORDURANTE ABRILHANTADOR DE INOX - 400ml - TIPO PRONOX-A OU EQUIVALENTE	UN	24
3	DETERGENTES E DESINFETANTES DESTRUIDOR DE ODORES ENZIMATICO - 750ml - TIPO ENZIMEX OU EQUIVALENTE	UN	24
4	DETERGENTES E DESINFETANTES SPRAY - AGENTE DE LIMPEZA E POLIMENTO - TIPO CORLIMP OU EQUIVALENTE	UN	24



5	DETERGENTES E DESINFETANTES BIOALCOOL DE SECAGEM RÁPIDA - TIPO BIOFAST - OU EQUIVALENTE	LT	150
6	DETERGENTES E DESINFETANTES /PASTILHAS DESINFETANTE DESENGORDURANTE C/ CLORO - TIPO KLORKLEEN - OU EQUIVALENTE	UN	36
7	DETERGENTES E DESINFETANTES MAQUINA PARA AUTO-LAVADORA - TIPO - WASH P LIMÃO OU EQUIVALENTE	LT	600
8	DETERGENTES E DESINFETANTES BIOLÓGICO PARA TRATAMENTO DE DEPOSITOS ORGANICOS - TIPO BIODRAIN - OU EQUIVALENTE	LT	40
9	DETERGENTES E DESINFETANTES DESTRUIDOR DE ODORES ENZIMÁTICO - TIPO ENZIMEX - OU EQUIVALENTE	LT	30
10	DETERGENTES E DESINFETANTES RENOVADOR DESINFECTANTE DE ATMOSFERA 500ML - TIPO MENTABACT - OU EQUIVALENTE	UN	24
11	DETERGENTES E DESINFETANTES REMOVEDOR DE BOLOR - TIPO RENOVEX - OU EQUIVALENTE	LT	60
12	DETERGENTES E DESINFETANTES PARA LIMPEZA DE TABLIER ESPUMA DE LIMPEZA POLIVALENTE - TIPO MULTINETOU EQUIVALENTE	UN	60
13	DETERGENTES E DESINFETANTES DESINCRUSTANTE - LIMPEZA INDUSTRIAL - TIPO SINTEX OU EQUIVALENTE	UN	30
14	DETERGENTES E DESINFETANTES DESENGORDURANTE DESINFETANTE ULTRA CONCENTRADO - TIPO GARBACK OU EQUIVALENTE	LT	180
15	DETERGENTES E DESINFETANTES DESODIDANTE RENOVADOR DE ALUMINIO E INOX - TIPO POWER SPRAY DERALUNOX OU EQUIVALENTE	UN	24
16	DETERGENTES E DESINFETANTES DESCALCIFICANTE E DESINCRUSTANTE DE CORROSÕES - TIPO DESOMETAL	LT	30

LOTE 4 – PAPEL DIVERSO

POSICÃO	DESIGNAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	2	3	4
1	PAPEL HIGIÉNICO, ROLO JUMBO, COM MÍNIMO DE 96M, FOLHA DUPLA, RECICLADO, RELEVO COFRADO, COM PRÉ CORTE DE 22 CM - EMBALAGENS DE 12 OU DE 18 ROLOS	ROLO	7884
2	PAPEL HIGIÉNICO ROLO PEQUENO, FOLHA DUPLA, MICRO GOFRADO, COM MÍNIMO DE 20 M - EMBALAGENS DE 96 OU DE 108 ROLOS	ROLO	5400
3	PAPEL HIGIENICO - ZIG ZAG FOLHA DUPLA 18x11cm	CX	200
4	PAPEL VIRGEM PARA MÃOS - TOALHETES EM ZIG ZAG 20X21 CM, CAIXA COM 20 MAÇOS + 100 ADAPTADORES P/ OS DISPENSADORES	Unid.	1200



5	TOALHETES HUMIDOS SEM PERFUME, SEM ALCOOL, MINIMO DE 60 UNID.	Unid.	20
6	PAPEL PARA MAOS - ROLO INDUSTRIAL TIPO ZETA MINIMO 100M/ROLO	Rolo	96
7	TOALHA DE PAPEL P/ MESA, C/0,70x0,70 (EMBALAGEM DE 250)	UN	10
8	TOALHA DE PAPEL P/ MESA, C/ 1,20X150m (ROLO)	Rolo	5
9	TOALHA DE PAPEL P/ MESA, C/ 0,30X0.45 (EMBALAGEM DE 1000)	Unid.	10
10	GUARDANAPO 33X33 FOLHA SIMPLES (EMB 100FL)	Unid.	240

2 - O Município de Leiria não garante que sejam adquiridas todas as quantidades indicadas. As quantidades indicadas devem ser consideradas como meros indicadores de previsão, baseados no histórico da atividade municipal e mormente no trabalho planeado para o período em causa.

3 - No âmbito do presente caderno de encargos, as características dos bens a fornecer terão de cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor.

4 - A aquisição dos bens inclui obrigatoriamente os serviços de carga, transporte e descarga no local e períodos referidos no n.º 1 da cláusula 8.ª da Parte I – Cláusulas Jurídicas, bem como todos os gastos respetivos associados.

Cláusula 2.ª | **Requisitos Ambientais**

1 - Os concorrentes terão de cumprir, no mínimo, com os critérios ambientais estabelecidos na legislação aplicável, nomeadamente a seguinte:

- a) Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de agosto, que estabelece o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado, transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, e transpõe a Diretiva n.º 2006/121/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro;
- b) Decreto-Lei nº 220/2012 de 10 de outubro, que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas n.ºs 67/548/CEE e 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006;
- c) Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que estabelece o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852;
- d) Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio, que altera o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 160/2000, de 27 de julho, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2004/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a embalagens e resíduos de embalagens;
- e) Decreto-Lei n.º 9/2007 Regula os equipamentos de limpeza Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril, o qual limita o teor total de compostos orgânicos voláteis (COV) em diversos produtos, tendo em vista prevenir ou reduzir a poluição atmosférica devida à formação de ozono troposférico resultante das emissões dos COV;
- f) Regulamento (CE) n.º 648/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, que regula os detergentes e condições de biodegradabilidade.

2 - Os bens a fornecer pelo(s) cocontratante(s) não poderão apresentar as seguintes características:



- a) Existência de substâncias classificadas como carcinogénicas (R40, R45 e R49), mutagénicas (R40, R46) e com efeitos tóxicos na reprodução (R33, R60, R61, R62, R63 e R64). Excetuam-se a esta interdição o gasóleo e a gasolina;
- b) Ph com valores que não compreendam o intervalo entre 3 e 12 (exclusive), com a possibilidade da não aplicação deste fator de exclusão face às características do produto a adquirir mediante o parecer favorável do Município de Leiria;
- c) A não prestação de informação pelo fornecedor ao Centro de Informação anti-venenos do Instituto Nacional de Emergência Médica, no caso de substâncias perigosas (Decreto-Lei n.º 82/95, de 22 de abril, artigo 7º “Obrigação de Prestação de Informações”, N.º 2);
- d) No caso de substâncias/preparações químicas abrangidas pelo Regulamento (CE) n.º 1907/2006, de 18 de dezembro (REACH), os fornecedores terão ainda que evidenciar o registo (ou pré-registo) da substância na Agência Europeia dos Produtos Químicos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,